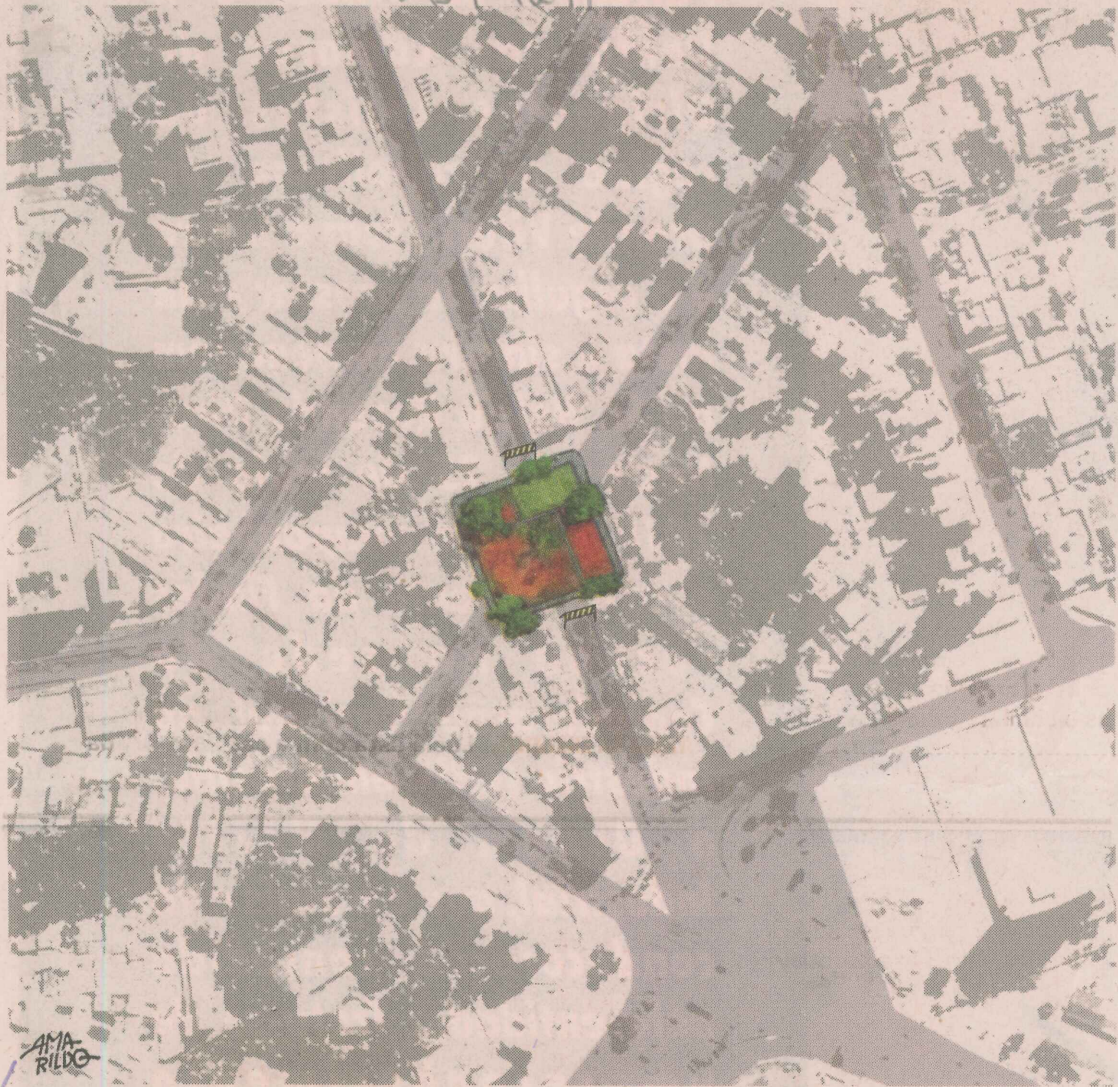


AM 7211



O inusitado

Como diz um velho amigo, de Brasília de Minas, ocorre na cidade de Vitória um fato inusitado. As autoridades municipais tem em uma solução única razoável, clara, para o trânsito caótico na Praça do Pedágio da Terceira Ponte, utilizando como decisão única, imediata, a passagem do tráfego sobre a Praça do Cauê.

Voltando a fita, um tanto ou quanto antiga. A então Vale do Rio Doce construiu, para uso do seus empregados, na década de 60, o Clube Cauê, numa das esquinas da praça Cristóvão Jacques. Com o advento do regime militar de 64, o governo determinou a venda do imóvel, inclusive uma suntuosa mansão que estava em construção na Ilha do Frade, para abrigar pseudos compradores de minério de ferro vendido pela CVRD. Coisa de loucos...

Sei que, com a determinação do governo, o Clube Cauê foi parar nas mãos do governo do Estado. Serviu para uma porção de coisas - hoje é um colégio batizado com o nome do professor Fernando Duarte Rabello -, mas no meio da Praça Cristóvão Jacques, conhecida como Praça do Cauê, ficaram duas quadras de tênis, que passaram a ser utilizadas por moradores da região, por benesses municipais quando a Praia de Santa Helena era um negócio bucólico, até que surgiu no meio do seu caminho, a Terceira Ponte.

Qualquer bisonho entendido em urbanismo sabe que, no dia que a ponte começou a ser operada, a Praça do Cauê de-

veria ter sido aberta ao tráfego, evitando essa formidável tragédia que se repete diariamente na região, por falta de uma determinação segura, eficiente, corajosa, para por um fim a esse fato inusitado, discussão idiota, de se impor a vontade de meia dúzia de moradores contra a necessidade de milhares de pessoas, que precisam passar diariamente pelo local.

A abertura da Praça do Cauê é uma questão de racionalidade em urbanismo. Se fosse uma montanha que existisse na frente do fluxo de veículos, o certo seria abrir um túnel; fazer uma ponte, se tivesse um rio; ou uma passagem de nível, se tivesse cruzamento de veículos.

Em novembro de 2007 o engenheiro Luiz Carlos de Menezes, um estudiosos dos problemas relacionados com a mobilidade urbana, de uma clareza de raciocínio lógico, merece ser explorado pelas autoridades que, parece, têm receio de enfrentar problemas.

O engenheiro Menezes ofereceu, de graça, um projeto, uma solução clara, absolutamente correta, para a Praça do Cauê, abrindo-se sobre aquele logradouro duas faixas de rolamento para o tráfego entre a Terceira Ponte e a Av. Nossa senhora da penha, com uma passagem subterrânea, em sentido transversal.

Hoje, amanhã, depois, a racionalidade irá impor que as autoridades adotem aquela solução, por ser a mais razoá-

vel de todas que já surgiram, a não ser que continuem com medo de desagradar os "atletas" do tênis, que utilizam aquelas quadras...

A cidade é o espelho que reflete a sociedade que a habita. Se vivemos numa ilha onde as pessoas não se entendem para encontrar as soluções mais simples para seus problemas, o que será do futuro?

Quem sai do serviço às 18 horas em direção a Vila Velha, pela Terceira Ponte, entra todos os dias num caminho do desesperado, de quem não pode confiar nas autoridades que administram a cidade onde moram.

Qual a dificuldade de se por um fim, imediato, rápido, simples, ao trânsito caótico em direção à Terceira Ponte? Se eu fosse autoridade, confesso, tinha resolvido essa porcaria há muito tempo! É um negócio para estudante de quarto período de arquitetura, um bobo qualquer, que chegar no local vai sentir que as autoridades não resolvem a questão por falta de competência ou simplesmente com medo de moradores.

Por que as coisas públicas demoram tanto a serem tornadas realidade? A Praça do Cauê é um estorvo para o tráfego da Terceira Ponte. Só nossas autoridades não estão sabendo como resolver a questão.

■ Gutman Uchôa de Mendonça escreve nesta coluna às terças-feiras e aos domingos.
www.uchoademendonca.jor.br

A gazeta, 25/05/2010 - PG.

trânsito - 5